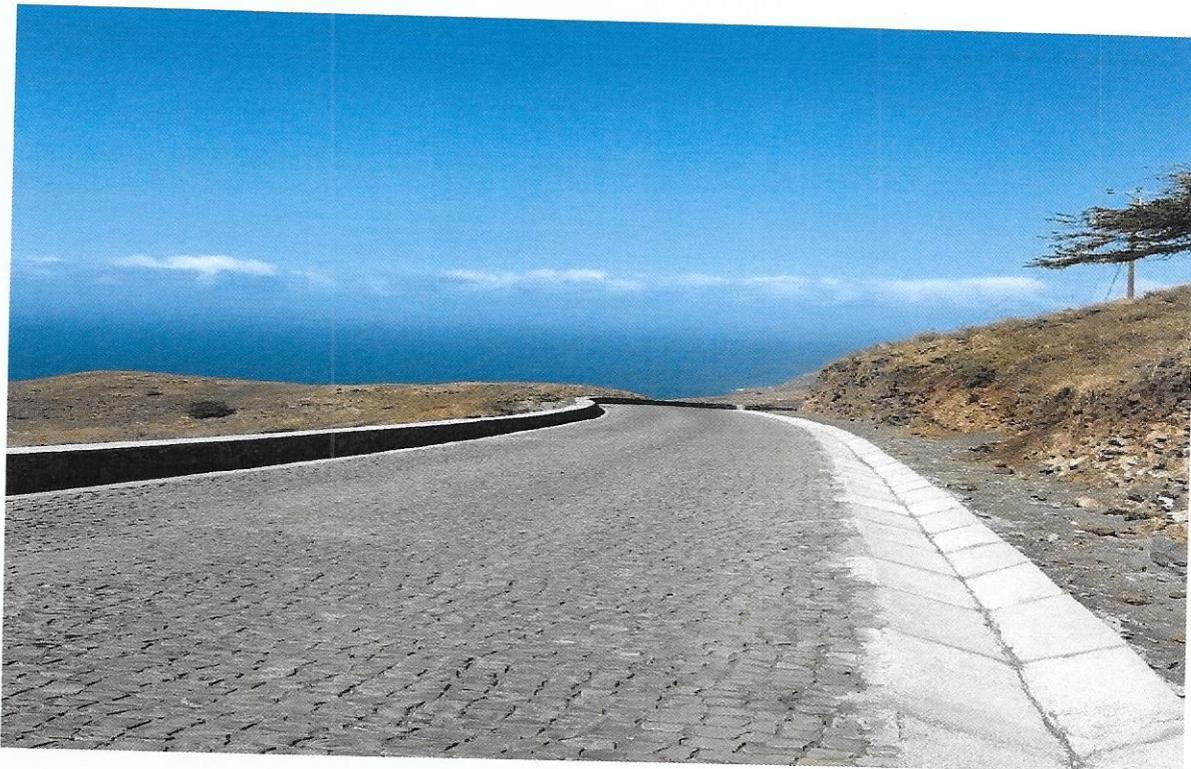


RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and strokes, located at the bottom right of the page.



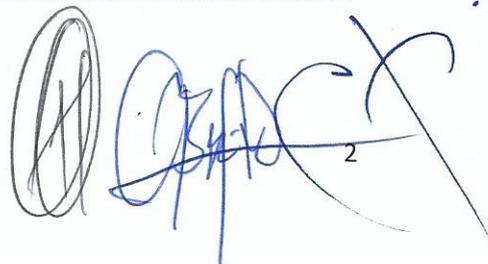
Sobre ECV:

A Estradas de Cabo Verde, E.P.E, (doravante designada por ECV ou Empresa) é uma Empresa Pública Empresarial criada pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio, através da transformação do Instituto de Estradas (IE) e extinção do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O capital social da Empresa, por realizar, no montante de 65.000.000 CVE, foi subscrito na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção-Geral do Tesouro.

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados em anexo e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

ÍNDICE

1. EVOLUÇÃO ORGÂNICA DA INSTITUIÇÃO.....	5
2. MISSÃO, COMPÊTENCIAS E ATRIBUIÇÕES	6
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
4. Órgãos de Decisão.....	8
4.1 Órgãos de Consulta e Fiscalização.....	8
4.2 Modelo Orgânico.....	8
5. ENQUADRAMENTO	9
5.1 Identificação	9
5.2 Objetivo.....	9
6. ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA.....	9
6.1 GESTÃO DE RISCOS.....	9
6.2 A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA	9
6.3 Resultados	11
6.4 Volume de Negócios.....	11
6.5 Gastos Operacionais.....	12
6.6 Fornecimentos e Serviços externos (FSE)	13
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	14
8. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	14
9. ASPETOS DE FUNCIONAMENTO.....	14
9.1 Principais atividades realizadas no ano 2020.....	14
9.1.1 Localização e Instalação da ECV	15
9.1.2 Concursos lançados em 2020.....	15
9.1.3 Empreitadas iniciadas/acompanhadas durante o ano 2020.....	16
10. ORÇAMENTO EXECUTADO	17
11. INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS NACIONAIS.....	19
11.1 Quadro Legal e Institucional.....	19
11.2 Contexto Setorial.....	21
11.3 Rede Rodoviária	23
11.4 P prospetiva.....	24
12. RECEITAS DA ECV.....	25
12.1 Receitas entradas provenientes da TSMR.....	25
12.2 Receitas Diversos.....	26
12.3 Restituições da TSMR e Outras Despesas Residuais	27



2

13. EXECUÇÃO DAS EMPREITADAS	28
13.1 Resumo de execução financeira do Plano Anual de Manutenção Rodoviária (PAMR)	28
13.2 Contratos de Empreitada financiados pelo BANCO MUNDIAL através do Transport Sector Reform Project-TSRP	31
13.3 Contratos de Empreitada e de Fiscalização financiados pela Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas Boa Vista e Maio -SDTIBM.....	33
13.4 Contratos de Empreitada financiados pela Direção Geral do Tesouro(DGT).....	33
13.5 Contratos do Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidades-PRRA...	33



3

Figuras

Figura 1 - Estrutura orgânica da ECV.....	7
Figura 2 - Gastos Operacionais.....	12
Figura 3 - Gastos Operacionais.....	13
Figura 4 - Fornecimento e Serviços Externos 2019.....	13
Figura 5 - Execução por Grandes Rubricas.....	19
Figura 6 - Evolução do nº de passageiros transportados nos transportes públicos coletivos de passageiros (2015-2017)	22
Figura 7 - Receitas Entradas na ECV	27
Figura 8 - - Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária.....	31
Figura 9 - Execução financeira rodoviária	35

Tabelas

Tabela 1 - Balanço em 31 de Dezembro de 2020.....	10
Tabela 2 - Demonstração Resultados por naturezas 2020	11
Tabela 3 - Concursos lançados em 2020 no âmbito do PRRA.....	16
Tabela 4 - Concursos SEMAC lançados em 2020.....	16
Tabela 5 - Empreitadas iniciadas/acompanhadas em 2020.....	17
Tabela 6 - : Evolução do ranking de Cabo Verde relativo a qualidade das infraestruturas rodoviárias (2010-2019)	21
Tabela 7 - Evolução de rede rodoviária nacional por ilha 2010-2020 (km)	22
Tabela 8 - Evolução do nº de acidentes e de vítimas de acidentes rodoviários (2010-2018).....	23
Tabela 9 - Estado de Conservação.....	24
Tabela 10 - Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária	29
Tabela 11 - Desembolsos Contratos financiado pelo Banco Mundial.....	32
Tabela 12 - Desembolsos efetuados em 2020 - PRRA.....	34



4

1. EVOLUÇÃO ORGÂNICA DA INSTITUIÇÃO

No quadro da implementação das orientações definidas no Programa do Governo para a IX Legislatura 2016-2021 no que se refere à adequação do quadro institucional de gestão da rede rodoviária de Cabo Verde, o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) decidiu avaliar a possibilidade de proceder à fusão do Instituto de Estradas (IE) e do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) e posterior transformação em Estradas de Cabo Verde, EPE, uma entidade assente numa lógica empresarial com missão de prestação do serviço público de planeamento, construção, manutenção, reabilitação, exploração, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definida no Plano Rodoviário Nacional, numa perspetiva integrada de desenvolvimento do território e desenvolvimento económico.

Assim, foi criada em maio de 2019 e com sede na cidade da Praia – Cabo Verde, a Estradas de Cabo Verde (ECV) Entidade Pública Empresarial que sucedeu ao IE e ao FAMR, conservando a universalidade dos direitos e obrigações legais e contratuais que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação.

A ECV é uma empresa do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e que visa imprimir maior eficácia e eficiência na conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, alargamento e modernização da rede rodoviária nacional, concentrando numa única entidade as atribuições atualmente dispersas por diversos organismos públicos, com todas as vantagens advenientes.



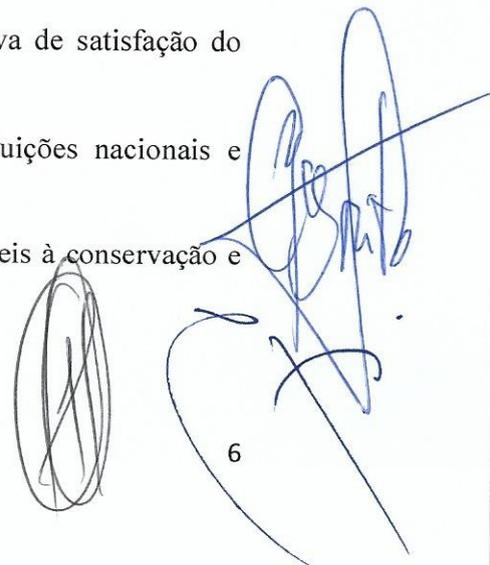
5

2. MISSÃO, COMPÊTÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Estradas de Cabo Verde tem como missão promover o desenvolvimento e conservação da rede rodoviária nacional, assegurando a segurança e conforto na mobilidade e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais da estrada.

Conforme os seus Estatutos (publicados através do Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio), a ECV tem as seguintes competências e atribuições:

- Assegurar a conceção, a construção, a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional e de todos os bens que integram o domínio rodoviário;
- Aplicar, em articulação com todas as entidades interessadas, as normas regulamentares aplicáveis ao sector e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais;
- Contribuir, no âmbito das suas competências, para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte e promover o desenvolvimento do conhecimento e os estudos que contribuam, no âmbito das suas atribuições, para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- Assegurar a fiscalização, o acompanhamento e a assistência técnica nas fases de execução de empreendimentos rodoviários e zelar pela sua qualidade técnica e económica, em toda as fases de execução;
- Promover a melhoria contínua das condições de circulação, com segurança e conforto para os utilizadores e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais, e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, nomeadamente no que se refere à ocupação das zonas envolventes;
- Manter atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- Promover a comunicação e o apoio ao utente, na perspetiva de satisfação do serviço público rodoviário nacional;
- Assegurar a participação e colaboração com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito das suas competências;
- Promover a expropriação dos imóveis e direitos indispensáveis à conservação e exploração da rede rodoviária.



6

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da ECV comporta, além dos órgãos de decisão (Conselho de Administração, apoiado por um Gabinete), de consulta (Conselho Consultivo) e de fiscalização (Fiscal Único), duas unidades: uma Unidade Técnica e uma Unidade de Gestão de Recursos, como indicado no esquema abaixo:

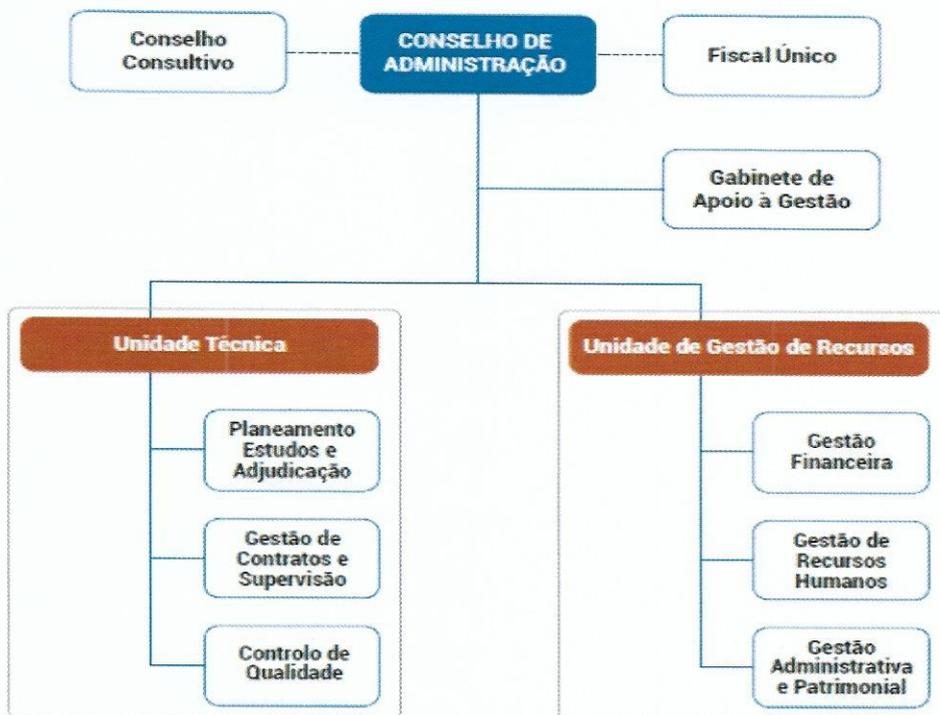


Figura 1 - Estrutura orgânica da ECV

[Handwritten signature]
7

4. Órgãos de Decisão

Os órgãos de decisão, nomeadamente os membros do atual Conselho de Administração da ECV funcionaram na normalidade cumprindo as suas atividades delineadas e definidas no Plano Estratégico e Programas de Atividades.

4.1 Órgãos de Consulta e Fiscalização

Em conformidade com as exigências impostas e pelos princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial e pelas acrescidas e complexas responsabilidades da ECV, enquanto autoridade nacional de estradas, foi nomeado pelo Despacho Conjunto n.º 8/2020 publicado no BO n.º 45, II Série, de 8 de abril, o órgão de fiscalização (Fiscal Único) da ECV, EPE.

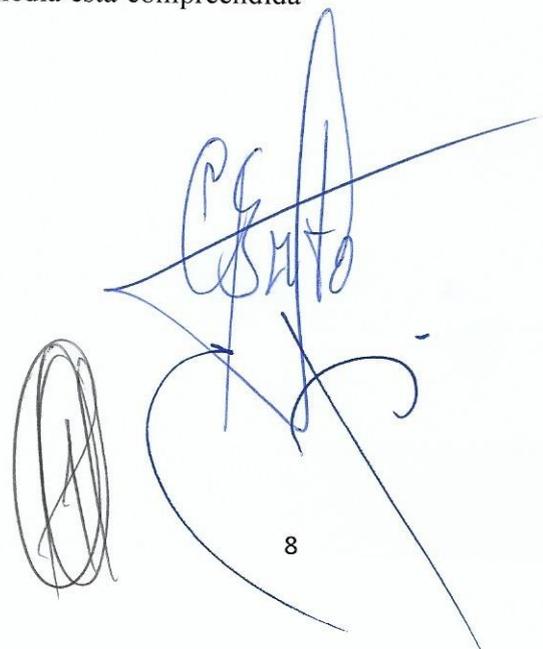
Quanto ao órgão de Consulta (Conselho Consultivo), ainda se aguarda pela sua nomeação.

4.2 Modelo Orgânico

A ECV está organizada num modelo e estrutura de serviços em torno dos seus órgãos sociais, através de Unidades orgânicas de coordenação. Neste sentido, dispõe de uma Unidade Técnica e uma Unidade de Gestão de Recursos dotadas de respetivos colaboradores.

À data da elaboração do presente Relatório, a ECV contava com um quadro total de 20 colaboradores incluindo 1 colaborador em licença sem vencimento e 1 requisitado para comissão de serviço em outra instituição.

A maioria dos colaboradores tem formação superior e a idade média está compreendida entre os 30 e os 40 anos.



Handwritten signature and scribbles in blue ink, including the number 8.

5. ENQUADRAMENTO

5.1 Identificação

Relatório de Execução Financeira da Estradas de Cabo Verde EPE (ECV): Ano de 2020.

5.2 Objetivo

O presente relatório expõe detalhadamente as operações de funcionamento e investimento da ECV durante o ano económico de 2020. Este documento tem por objetivo servir de ferramenta de suporte às decisões de gestão do Conselho de Administração (CA) da ECV e fornecer as informações necessárias às entidades responsáveis pela sua monitorização e fiscalização, dentre as quais citam-se o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) e o Ministério das Finanças (MF) através da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE).

6. ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

6.1 GESTÃO DE RISCOS

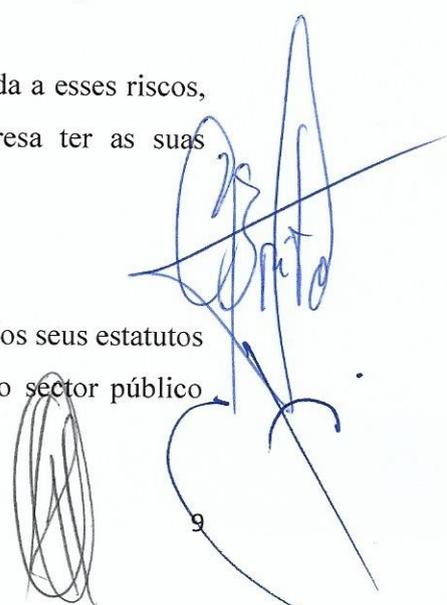
Considerando que a ECV é uma empresa nova e que está em fase de consolidação da estrutura organizacional, nesse sentido o Conselho de Administração juntamente com a UASE e o Fiscal Único, tem procurado o gerir o seu funcionamento, da forma que melhor se adequa à gestão de riscos.

Para a mitigação dos riscos afetos ao exercício das suas atividades, a ECV em 2020 a finalização/aprovação e implementação o seu manual de procedimentos, foi tido como prioridade, de forma a tornar mais eficiente os processos, bem como a nível operacional como administrativo e financeiro.

Relativamente a riscos financeiros, existe uma exposição muito reduzida a esses riscos, em virtude de as transações serem em moeda nacional e a Empresa ter as suas disponibilidades integralmente em moeda nacional.

6.2 A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público



empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis

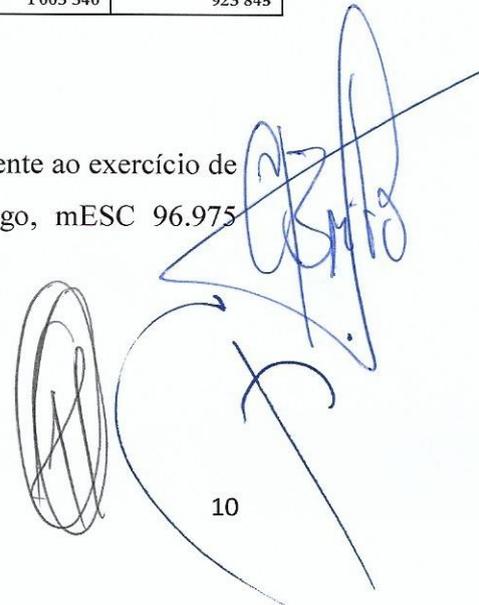
Relativamente ao balanço em 31 dezembro deve-se ter especial atenção a realização do capital social, uma vez que segundo o estatuto da ECV, de acordo do o Decreto Lei nº 20, Artigo 5º – Capital estatutário de 13 de maio, o capital estatutário da ECV – Estradas de Cabo verde E. P.E é de 65.000.000\$00 (sessenta e cinco milhões de escudos cabo-verdianos), e está integralmente subscrito pelo Estado de Cabo Verde. O capital social supramencionado encontra-se ainda por realizar.

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31.12.20	31.12.19
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Equipamento básico			
Equipamento administrativo	3	1 728	1 878
Activos intangíveis			
Programas de computador	4	762	1 085
Accionistas/sócios	8	65 000	65 000
Total do activo não corrente		67 490	67 963
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	5	209 054	265 323
Outras contas a receber	6	592 186	329 098
Diferimentos		130	19
Caixa e depósitos bancários	7	134 480	261 443
Total do activo corrente		935 850	855 882
Total do activo		1 003 340	923 845
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	8		
Capital social		65 000	65 000
Outras reservas		314 655	314 655
Resultados transitados		(96 975)	
Resultado líquido do período		(49 754)	(96 975)
Total do capital próprio		232 925	282 679
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	658 149	510 201
Outras contas a pagar	10	112 265	130 965
Total do passivo corrente		770 414	641 166
Total do passivo		770 414	641 166
Total do capital próprio e do passivo		1 003 340	923 845

Tabela 1 - Balanço em 31 de Dezembro de 2020

Em 2020 houve uma redução de 49% no prejuízo contabilístico referente ao exercício de 2020, mESC 49.754 negativos, em comparação ao ano homologo, mESC 96.975 negativos.



10

6.3 Resultados

De acordo com a quadro 2, o Resultado antes de Depreciações, Gastos de financiamento e Impostos, registados, no exercício de 2020, atingiu o valor de mESC 48.435 negativos, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 50% em comparação ao período homólogo mESC 95.920 negativos. De igual modo, verificou-se um aumento de atividades que conduziu a um Resultado Operacional (EBIT) que em 2019 foi de mESC mESC 96.975 negativos e em 2020 foi de mESC 49.754 negativos, conforme pode ser analisada na figura abaixo.

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31.12.20	31.12.19
Vendas e Prestações de serviços		1 807	339
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		-	-
Resultado operacional bruto		1 807	339
Fornecimentos e serviços externos	11	(2 300 517)	(1 423 574)
Valor acrescentado bruto		(2 298 711)	(1 423 235)
Gastos com o pessoal	12	(34 953)	(26 662)
Outros rendimentos e ganhos	13	2 321 595	1 387 416
Outros gastos e perdas	14	(36 366)	(33 440)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		(48 435)	(95 920)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	(1 319)	(1 055)
Perdas/reversões por impundade de activos depreciables/amortizáveis		-	-
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(49 754)	(96 975)
Juros e ganhos similares Obtidos		-	-
Juros e perdas similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		(49 754)	(96 975)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(49 754)	(96 975)

Tabela 2 - Demonstração Resultados por naturezas 2020

Comparativamente ao ano anterior o resultado líquido foi de mESC 49.754 negativos, com uma melhoria de 49% em relação a 2019 (mESC 96 975 negativos).

6.4 Volume de Negócios

Em 2020, o volume de negócios (VN) foi de mESC 1.809.000, resultante principalmente da venda de dossiers de concurso. De realçar que embora de acordo com o Estatuto da ECV e conforme previsto no Plano estratégico, não fomos autorizados a arrecadação do

imposto sobre Consumo Especial (ICE). A não arrecadação do referido imposto teve um impacto negativo no âmbito da execução do plano estratégico.

6.5 Gastos Operacionais

7. Os gastos totalizaram em 2020 o valor mESC 2.375.155, correspondente a um aumento de 60% em comparação ao período homólogo (mESC 1 484 731). Os Fornecimentos e Serviços Externos é a rubrica de maior peso, representando 97% do total dos gastos operacionais, seguidos dos Outros gastos e Perdas e gastos com o pessoal com aproximadamente 3% de peso sobre o total.

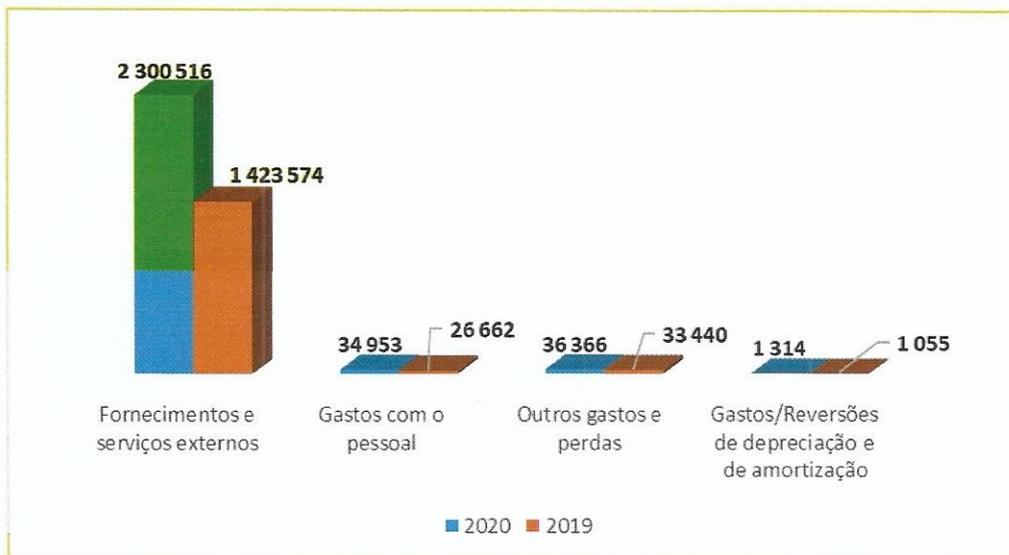
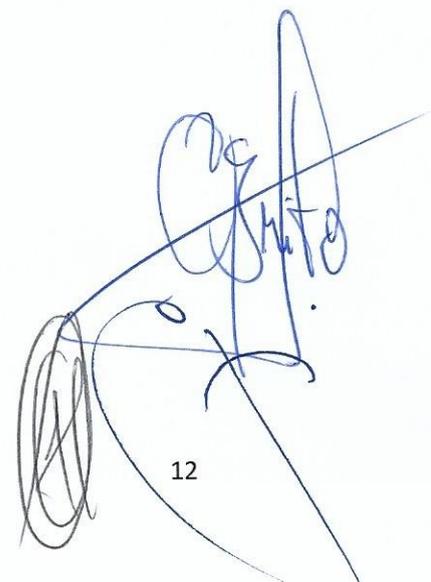


Figura 2 - Gastos Operacionais



12



Figura 3 - Gastos Operacionais

7.1 Fornecimentos e Serviços externos (FSE)

Os FSE atingiram o montante de mESC 2.300.517, um aumento de cerca de 62% em comparação ao período homologo (mESC 1 423 574), concentrados maioritariamente na rúbrica Subcontratos-Empreitadas.

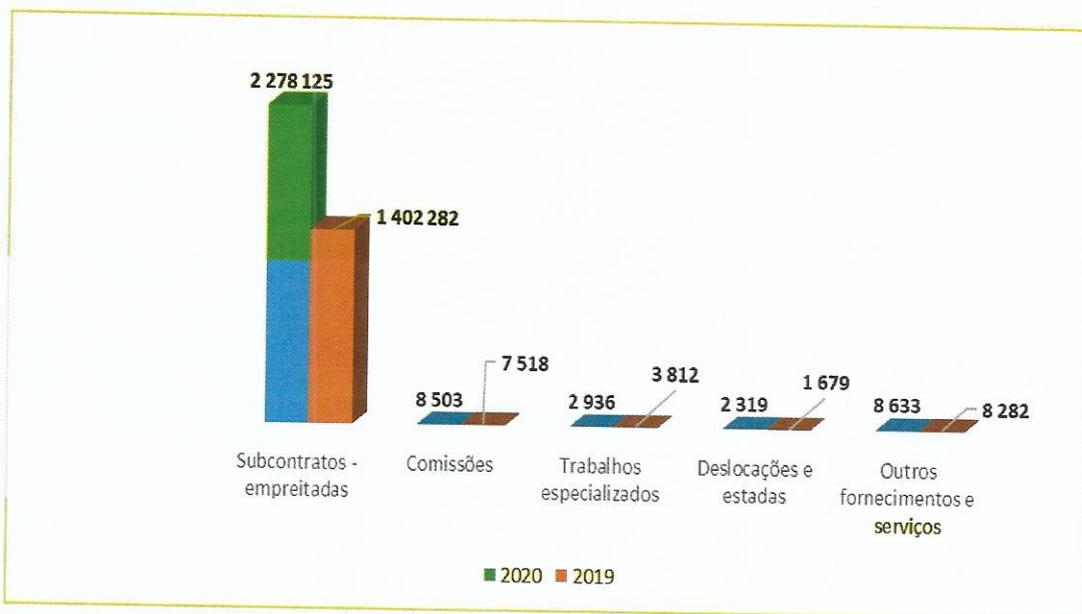


Figura 4 - Fornecimento e Serviços Externos 2019



8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração submete à apreciação do Acionista o presente Relatório e Contas relativo a 2020, propondo que seja aprovada a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de mESC 49.754 negativos em Resultados Transitados.

9. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

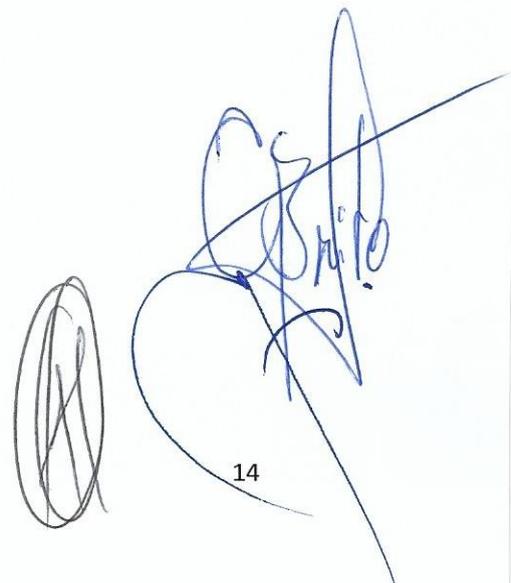
Os administradores da Estradas de Cabo Verde, enquanto responsáveis pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas explicativas correspondentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2020, declaram a conformidade destas informações os quais traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Empresa nessa data.

Declaram, igualmente, que o relatório de gestão expõe de forma fiel a evolução dos negócios, que inclui as carteiras do ativo e do passivo, estando os principais riscos identificados e avaliados convenientemente segundo as normas do SNCRF, entre outras.

10. ASPETOS DE FUNCIONAMENTO

10.1 Principais atividades realizadas no ano 2020

O ano 2020 foi profundamente marcado pelos efeitos da Covid-19. No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública a nível internacional, e no dia 11 março de 2020, classificou o novo Coronavírus – Covid-19 como uma pandemia.



14

10.1.1 Localização e Instalação da ECV

Durante o Ano de 2020 a ECV operou no Prédio de Ordem dos Engenheiros, sito no 2º piso direito e 4º piso direito e esquerdo, localizado na avenida Santiago n°28, Palmarejo, cidade da Praia – Cabo Verde. Com a extinção do FAMR e a transformação de IE em ECV a instalação não satisfaz adequadamente o que são as necessidades físicas de acomodação e possibilitam a boa prestação dos serviços administrativos e operacionais da ECV.

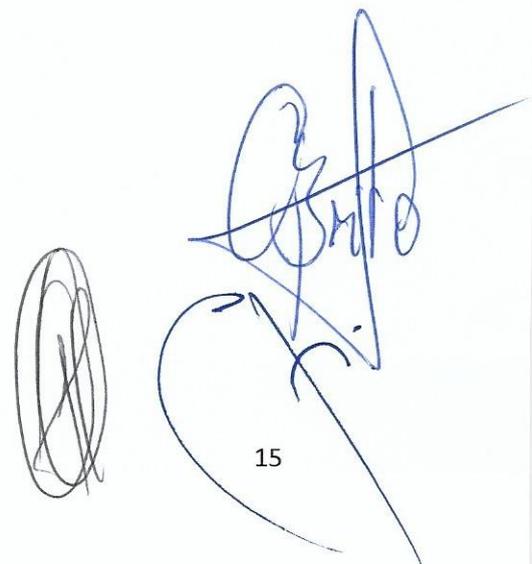
Assim, com vista a reorganização das suas instalações, a ECV iniciou em dezembro de 2019 conjuntamente com a Direção Geral do Património de Estado e as Infraestruturas de Cabo Verde, um processo de afetação de 3 (três) apartamentos (TIPOLOGIA t3) situados no piso 1 do Bloco B do condomínio Atlântico I, em Cidadela, destinado à Instalação da ECV mediante as seguintes condições:

- A comparticipação nos custos de reabilitação do condomínio no valor de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), equivalente a 50 meses de renda;
- Isenção de pagamento das rendas no edifício Ordem dos Engenheiros, a partir de janeiro de 2020 a até a efetiva instalação no condomínio Atlântico I;
- Pagamento de renda a partir do fim do período referido no primeiro ponto;

Entretanto, a ECV teve conhecimento pela via informal de que o processo se encontra interrompido.

10.1.2 Concursos lançados em 2020

Durante o ano 2020 foram lançados vários concursos para obras e serviços em Estradas nacionais. A seguir apresenta-se os quadros por programas, com destaque das Estradas e as ilhas contempladas:



15

Estrada	Ilha
Asfaltação da Estrada Chão Bom/Centro de Tanafal	Santiago
Asfaltação Estrada Nazaré/Praia Baixo	Santiago
Construção de Acesso à Zona de Desenvolvimento Integrado do Tanafal (ZDTI)	Santiago
Asfaltação/Reabilitação Chão Bom/Cidade de Mangue	Santiago
Reabilitação/Asfaltação Calheta/Tanafal	Santiago
Asfaltação Vias de São Filipe	Fogo
Acesso a ZDTI de Alto Mira	Santo Antão

Tabela 3 - Concursos lançados em 2020 no âmbito do PRRA

Designação	Ilha
Serviços de Manutenção Corrente nas estradas da ilha de São Nicolau	São Nicolau
Serviços de Manutenção Corrente nas estradas da ilha de Boavista	Boa Vista
Serviços de Manutenção Corrente nas estradas da ilha de Sal	Sal
Serviços de Manutenção Corrente nas estradas da ilha de Santiago Lote 1A (Estradas em Asfalto)	Santiago
Serviços de Manutenção Corrente nas estradas da ilha de Santiago Lote 1B (Estradas em Asfalto)	
Serviços de Manutenção Corrente nas estradas da ilha da Brava	Brava

Tabela 4 - Concursos SEMAC lançados em 2020

10.1.3 Empreitadas iniciadas/acompanhadas durante o ano 2020

Em 2020 foram realizados acompanhamento de várias empreitadas que se iniciaram em anos anteriores e ainda foi possível concluir algumas obras.

Empreitada	Previsão/ Conclusão
Construção da Estrada Bangaieira – Monte Velha	fev/2020
Construção da Estrada Campanas de Cima - Piorno	dez/21
Reabilitação da Estrada Cidade Velha - Salineiro - Santana	dez/21
Reabilitação da Estrada Chã de Tanque - Palha Carga – Entre Picos de Reda - Lagoa	dez/21
Reabilitação da Estrada Cruz de Picos - Boa Entradinha - Gil Bispo	dez/21
Construção da Circular do Porto Inglês (1ª fase)	fev/20
Reabilitação da Estrada Chã de Escudela – Tarrafal de Monte Trigo	jan/21
Execução da 2ª fase da Via Estruturante da Boavista e Construção da Via de Acesso a Povoação Velha	ago/20
Construção da Estrada de Acesso a Rabil	fev/20
Construção Estrada Salina (Pedra Badejo) - Ribeira dos Picos	out/21
Reabilitação da Estrada Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho	jun/22
Reabilitação/Construção da Estrada Chã d'Igreja - Cruzinha	fev/22



Reabilitação/Construção da Estrada Esponjeiro - Lagoa	fev/22
Construção/Construção da Estrada de acesso à Figueiral	dez/21
Reabilitação/Construção da Estrada de Acesso à Martiene	dez/20
Reabilitação da Estrada Achada Igreja - Fazenda	dez/21
Reabilitação da Estrada Cutelo - Fundura	mar/22
Abertura de Acessibilidade Achada Tossa - Tabugal	dez/21
Construção da Estrada Ribeira Prata - Fragata	dez/21
1ª fase de Construção da Estrada Tomba Touro - Charco - Achada Leite - Ribeira da Barca	dez/21

Tabela 5 - Empreitadas iniciadas/acompanhadas em 2020

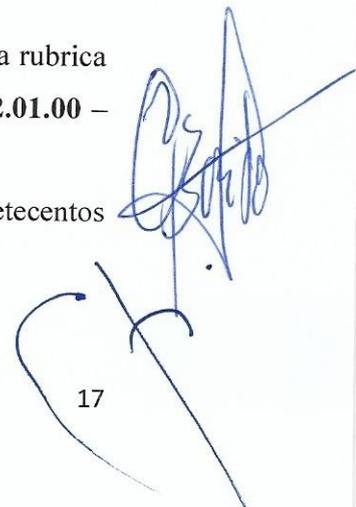
Com a conclusão da Empreitada de Execução da 2ª fase da Via Estruturante da Boavista e Construção da Via de Acesso a Povoação Velha e construção da via de a Rabil, aumentou-se a rede rodoviária nacional em mais cerca 8 km.

11. ORÇAMENTO EXECUTADO

Durante o período em análise, 2020, a execução global foi no valor de mESC 691.232, cerca de 96% do valor global do orçamento disponibilizado para o ano. Do total global executado, mESC 47.955 correspondem a execução no centro de custo de custo 90.10.09.002.080 - ECV - Estradas de Cabo Verde, E. P. E Funcionamento referente a despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços, cerca de 80% do valor orçado no centro de custo- Funcionamento e mESC 643.276 correspondem ao centro de custo 90.10.09.002.081 - Ecv - Estradas de Cabo Verde, E. P. E Investimento referente a despesas com empreitadas em Estradas e despesas relacionadas com a TSMR, cerca 97% do valor orçado para o centro de custo- Investimento.

Para corrigir alguns défices orçamentais em algumas rubricas, no decorrer de execução orçamental foram feitas as seguintes transferências inter-rubricas:

- **335.250 CVE** (trezentos e trinta e cinco mil e duzentos e cinquenta escudos) da rubrica **02.02.02.09.09- Outros Serviços** para a rubrica **02.01.01.01.03 Pessoal Contratado**;
- **110.744 CVE** (cento e dez mil, setecentos e quarenta e quatro escudos) da rubrica **03.01.01.02.03.01 Equipamento Administrativos** para a rubrica **02.02.02.01.00 – Vigilância e Segurança**;
- Foram transferidos o montante global de **5.791.034 CVE** (cinco milhões, setecentos e noventa e um mil e trinta e quatro escudos) das rubricas:

- 02.01.01.02.02 Subsídios Permanentes 1.067.000 CVE
- 02.01.01.02.04 Gratificações Eventuais 220.000 CVE
- 02.01.01.02.07 Formação 1.000.000 CVE
- 02.01.01.02.09 Outros Suplementos e Abonos 726.000 CVE
- 02.02.01.00.05 Material de Escritório 1.000.000 CVE
- 02.02.01.01.04 Material de conservação e reparação 100.000 CVE;
- 02.02.02.00.04 Transporte 20.000 CVE;
- 02.02.02.00.08 Representação dos serviços 200.000 CVE;
- 02.06.02.01.01 Quotas a Organismos Internacionais Correntes 280.000 CVE;
- 02.08.02.01.09 Id Outras Correntes 118.034 CVE;
- 02.02.00.01 Rendas e Alugueres 960.000 CVE.
- 03.01.01.02.03.01 Ativos Fixos Intangíveis-Aquisições 100.000 CVE;

Para as seguintes rubricas:

- 02.01.01.01.02 Pessoal do quadro, 3.646.000 CVE;
- 02.01.02.01.01 Contribuições para a Segurança Social 1.110.000 CVE;
- 02.01.02.01.04 Seguros de Acidentes e segurança no Trabalho 17.000 CVE;
- 02.02.01.00.09 Material de Transporte-Peças 100.000 CVE;
- 02.02.02.00.06 Energia Elétrica 40.000 CVE;
- 02.02.02.00.07 Publicidade e Propaganda 200.000 CVE;
- 02.02.02.01.01 Limpeza, higiene e conforto 518.034 CVE;
- 02.02.02.01.02 Honorários 100.000 CVE
- 02.02.02.00.05 Água 60.000 CVE.

O gráfico em baixo, apresenta o total das despesas por grandes rubricas da ECV durante o ano. Da análise do referido gráfico é possível evidenciar que as rubricas com maior percentagem de execução foram as despesas com Subcontratos/Empreitadas totalizaram um valor de mESC 604.189, o corresponde a 87% do total executado; e as despesas com pessoal totalizaram um valor de mESC 33.528, correspondendo a 5% do valor total executado.

Em uma análise comparatório com o ano de homologo, verifica-se um aumento de cerca de 21% no total das despesas executadas. Embora ambos os anos seja considerada anos

atípicos: 2019 pelo facto de que as atividades da ECV, propriamente dito, iniciaram em meados de maio; já o ano de 2020, foi um ano marcado pela crise da saúde pública, provocada pela Covid19, que abalou o mundo.

provocada pela Covid19, que abalou o mundo.

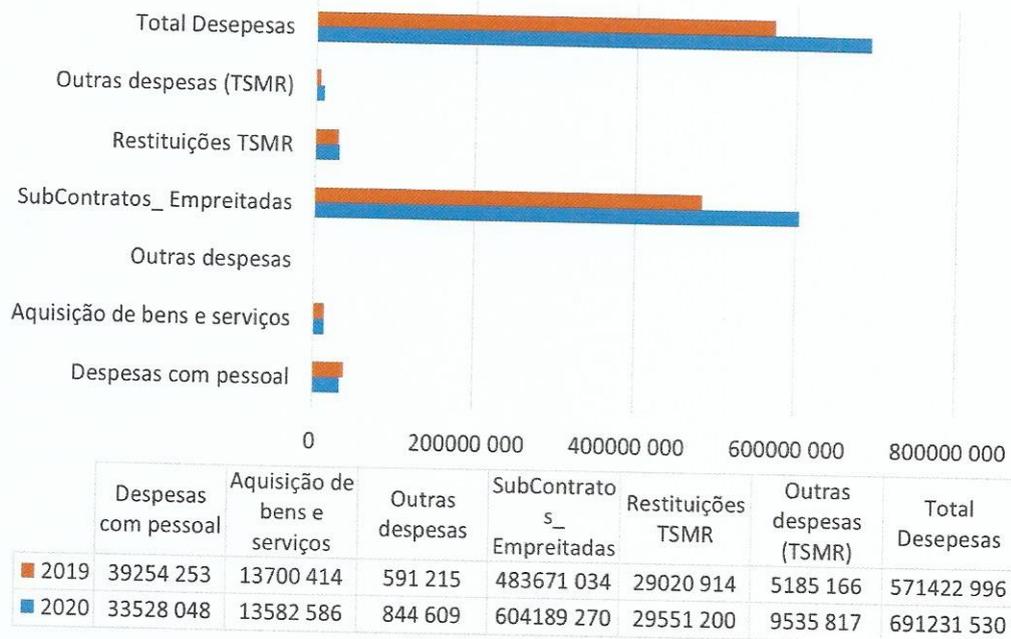


Figura 5 - Execução por Grandes Rubricas

12. INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS NACIONAIS

12.1 Quadro Legal e Institucional

Os documentos estratégicos do país demonstram a importância atribuída pelos sucessivos governos à gestão das infraestruturas rodoviárias do país, ainda que divergindo na modalidade de implementação da respetiva visão. O Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP/2011-2016), tinha como objetivos estratégicos: (i) o desenvolvimento de infraestruturas rodoviárias que garantissem a assegurar a circulação de pessoas e mercadorias em todas as ilhas, em condições de segurança e conforto, facilitando assim para o acesso das populações a serviços e mercados; (ii) a conservação do património rodoviário existente via a implementação de um sistema eficiente, transparente e sustentável de gestão e manutenção da rede de

estradas principais e locais; e, (iii) a consolidação do Instituto de Estradas (IE), como estrutura institucional de governança; traduzido em 2 grandes programas de investimento, designadamente, o Programa de Melhoria da Qualidade das Infraestruturas Rodoviárias e o Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas Rodoviárias, com um orçamento plurianual de 2,8 e 6,8 Milhões de contos respetivamente, cujas metas eram essencialmente, fazer duplicar quantitativa (435 km em 2011 – 1.057 km em 2016) e qualitativamente (207 km pavimentados em 2011 – 345 km pavimentados em 2016) a rede de estradas nacionais.

Já o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS/2017-2021), documento estratégico da IX Legislatura (2016-2021), apontava primeiro para a importância económica da rede viária no processo de desenvolvimento e redução da pobreza, assumindo uma rede viária com uma extensão aproximada 1.113 de estradas classificadas como nacionais (EN), chamando a atenção para a necessidade de tornar os investimentos mais criteriosos no que se refere a orçamentação, qualidade e periodicidade das manutenções, atribuindo ao agora extinto Instituto de Estradas (IE), um papel importante na materialização da visão, dos investimentos e na assunção do respetivo papel como gestor e autoridade rodoviária. Globalmente os objetivos da legislatura para o setor são:

- (i) promoção do planeamento do desenvolvimento da rede viária nacional;

- (ii) aumentar a percentagem da rede de estradas coberta pela manutenção rodoviária;
- (iii) mapear outros mecanismos de financiamento da manutenção da rede rodoviária nacional;
- (iv) contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transportes;
- (v) promover o desenvolvimento do conhecimento e os estudos que contribuam para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- (vi) melhorar a eficiência na gestão das obras públicas, e a respetiva fiscalização;
- (vii) apoiar os municípios na conservação no planeamento do desenvolvimento da Rede de Estradas Municipais;
- (viii) continuar o processo de desencravamento de localidades;
- (ix) adotar a modalidade de parceria público-privada para financiamento das grandes obras;
- e, (x) promover o setor nacional da construção civil, pelo impacto que tem no emprego, assim como a competitividade de internacionalização das empresas de construção civil.

Programaticamente, a implementação da visão governamental estratégica para o setor é materializada através do Programa de Infraestruturas Modernas e Seguras, cujo orçamento global ascende os 22.3 milhões de contos.

Até meados de 2019, o quadro institucional de governança do setor de gestão das infraestruturas rodoviárias esteve a cargo do Instituto de Estradas (IE), constituído segundo os estatutos, por 3 órgãos (Presidente, Conselho de Administração e Conselho Consultivo), associado ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR), cuja missão era assegurar a sustentabilidade do sistema rodoviário nacional. O enquadramento institucional inseria-se no regime jurídico geral dos serviços autónomos, dos fundos autónomos e dos institutos públicos (Lei nº 96/V/99, de 22 de março).

12.2 Contexto Setorial

Com um espaço territorial fragmentado, o país tem invariavelmente de replicar infraestruturas, disparando os custos de construção e manutenção dos mesmos. As infraestruturas rodoviárias, cujos parques têm vindo a aumentar significativamente, tem seguido a mesma tendência, indo no sentido de assegurar conectividade socioeconómica dos municípios e do país e o desencravamento de comunidade mais isoladas.

Face às melhorias registadas nas últimas décadas, consequência dos fortes investimentos na rede rodoviária nacional que culmina hoje com 1.147 km de estradas dispersas pelas 9 ilhas habitadas, quadro que pode ser classificado de positivo face à realidade sub-regional. Contudo, tendo em consideração o aspeto topográfico (encostas íngremes, terreno instável e propício a deslizamentos), a rede rodoviária apresenta elevados custos de construção e manutenção e uma baixa capacidade para tolerar chuvas pesadas (drenagem inadequadas) e grandes volumes de tráfego.

A qualidade comparativa das infraestruturas rodoviárias nacionais atestada no ranking da The Global Economy, indica que o país tem tido uma evolução oscilante, atingindo em 2019 a posição 68º, mesmo registo verificado no início do período analisado (2010), conforme tabela abaixo. A melhor posição da década foi atingida em 2016 (63º posição) e a pior no ano 2018 (76º).

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
68º	69º	65º	67º	64º	68º	63º	75º	76º	68º

Tabela 6 - : Evolução do ranking de Cabo Verde relativo a qualidade das infraestruturas rodoviárias (2010-2019)

Em 2017, a rede rodoviária nacional (Estradas Nacionais – EN), estendia-se por aproximadamente 1.148 Km de extensão, dos quais aproximadamente 57% nas ilhas de Santiago (38%) e Santo Antão (19%). No entanto, assinala-se uma certa

proporcionalidade da rede rodoviária do país, em função do tamanho da superfície de cada Ilha.

Ilha	2015	2017	2020
SA	216	216	216
SV	60	60	60
SN	102	102	102
SL	29	29	29
BV	71	71	78
MA	48	48	51
ST	417	435	435
FG	155	155	175
BR	29	29	29
Total	1.130	1.147	1.176

Tabela 7 - Evolução de rede rodoviária nacional por ilha 2010-2020 (km)

Relativamente aos transportes terrestres (2015-2018), nomeadamente, nos transportes públicos coletivos (autocarros), registou-se o transporte de mais de 18 milhões de passageiros (12,1 milhões de passageiros em 2015) conforme ilustração a baixo.



Figura 6 - Evolução do nº de passageiros transportados nos transportes públicos coletivos de passageiros (2015-2017)

Nos últimos dez anos (2010-2020), a ECV, instituição que assegura a governança do setor das infraestruturas rodoviárias a nível nacional, foi alvo de uma reforma estratégica, no sentido de ajustar a estrutura funcional aos novos desafios relacionados com a sustentabilidade institucional e setorial, agora agravados, pelos nefastos efeitos da pandemia (COVID-19) e ambiente de incerteza que Cabo Verde e o mundo atravessam.

Para efeito de análise e avaliação do desempenho institucional no setor das infraestruturas rodoviárias, é importante considerar a evolução da segurança e sinistralidade rodoviária.

Nesse quesito, estudos internacionais indicam que, enquanto nos países desenvolvidos têm - se registado uma redução notável no número de mortes por acidentes de trânsito nas últimas décadas, devido sobretudo a veículos/estradas mais seguros e comportamento dos utentes da via, nos países em desenvolvimento o quadro é completamente diferente, sendo onde concentram 90% em acidentes rodoviários a nível mundial.

Os dados disponíveis a nível nacional (2010-2020), relativa à evolução do número de acidentes de viação e de vítimas (mortos e feridos) de acidentes de viação apresentam uma tendência flutuante, conforme se pode constatar na tabela infra, com máximos de 4.389 (2018) e mínimos de 3.209 (2013). Relativamente às mortes nas estradas nacionais, 2010 foi o ano mais negro (63), tendo o polo oposto sido verificado em 2017 (30). Já o número de feridos (graves e ligeiros) recorde foi registado em 2018 (1.174).

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de acidentes de viação	3940	3911	3715	3209	3381	3478	3842	3989	4389
Nº de mortes em acidentes de viação	63	48	50	41	49	35	41	30	42
Nº de feridos em acidentes de viação	811	890	1026	815	962	871	1054	1132	1174

Tabela 8 - Evolução do nº de acidentes e de vítimas de acidentes rodoviários (2010-2018)

12.3 Rede Rodoviária

Atualmente o País conta com rede rodoviária composta por cerca de 1088 km de Estradas Nacionais (EN) e 88 km de Estradas Rurais (ER). Ainda não existe um levantamento completo quanto à rede viária Municipal.

As Estradas Nacionais e Rurais estão sob responsabilidade/gestão da ECV e as Estradas Municipais sob a responsabilidade das respetivas Câmaras Municipais.

Até a presente data, cerca de 1058 km de estradas nacionais/rurais constituem objeto dos contratos de manutenção corrente, o que representa uma **taxa de cobertura de 90% da extensão da rede rodoviária nacional**. Essa cobertura de 90% em manutenção corrente contempla as estradas de todas as ilhas habitáveis.

Com esta decisão contratualizar serviços de manutenção corrente nas estradas de todas as ilhas (desde 2017), conseguiu-se um aumento considerável de níveis de serviços das

estradas nacionais, tendo nesta presente data, cerca de 67% de estradas com estado de conservação Bom ou Muito Bom.

Ilha	Estado de Conservação (km)			
	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom
SA	13%	1%	38%	48%
SV	19%	3%	27%	51%
SN	11%	15%	43%	30%
SL	0%	61%	14%	26%
BV	16%	19%	13%	52%
MA	0%	51%	30%	19%
ST	21%	14%	21%	44%
FG	0%	3%	63%	37%
BR	19%	37%	23%	21%
Total	11%	22%	30%	37%

Tabela 9 - Estado de Conservação

12.4 Perspetiva

As vias principais de Cabo Verde estão consolidadas. No entanto, a ECV tem ainda o desafio de melhorar as acessibilidades no que diz respeito a algumas estradas de penetração com o objetivo de desencravar localidades e permitir o desenvolvimento da economia local, com enfoque na agricultura, pesca, comércio e turismo.

Prevê-se que até final do ano de 2020, a extensão da malha viária nacional seja aumentada de 1.176 km para 1.196km.

Não obstante o aumento da extensão da rede, prevê-se um alargamento da taxa de cobertura de manutenção corrente, na ordem de 3%, passando de atual 1058 km para um total de 1111 km de extensão, abrangida pelos serviços de manutenção corrente.




13. RECEITAS DA ECV

13.1 Receitas entradas provenientes da TSMR

O Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, estabelece a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas em Cabo Verde. Esta taxa, que foi oficialmente denominada de Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR), funda-se no princípio utilizador-pagador e foi na altura afixada no valor 7,00 CVE por litro de combustível (gasolina ou gasóleo) utilizados por veículos motorizados com a finalidade de circular na rede rodoviária do país.

Posteriormente, por via do Despacho conjunto nº 229/2014, de 13 de março, corrigido pela Retificação nº 19/2014, de 28 de março, a TSMR foi atualizada para o valor de 8,00 CVE por litro de combustível, valor qual vigora até à presente data. O Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, alterou o Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, que já tinha sido previamente alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro.

Na versão mais recente da legislação que estabelece a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas em Cabo Verde, prevê-se que o valor da TSMR seja atualizado anualmente por Despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Infraestruturas, sob proposta do Conselho de Administração da ECV, e isto a realizar-se de acordo com a evolução da taxa de inflação.

A determinação legal de que a TSMR deve ser atualizado consoante a inflação e não consoante as necessidades reais de realização de intervenções rodoviárias de manutenção, reabilitação, urgências e melhorias identificadas no Plano Anual de Manutenção Rodoviária (PAMR), é um aspeto que prejudica o que é o objeto ou a missão da ECV.

Verifica-se que durante o ano em referência, das receitas entradas, mESC 521.890, o que representa um aumento de 18% em comparação a receitas entradas no período homologado (mESC 443.676). Do valor das receitas entradas cerca de 58% provenientes da arrecadação da TSMR, foi transferida pela empresa VIVO ENERGY.

De acordo com a legislação da TSMR, as empresas fornecedoras de combustível têm direito a receber uma compensação pelos custos incorridos no integral cumprimento das obrigações decorrentes no presente diploma, correspondente a 1,5% do montante das taxas de arrecadadas e entregues a ECV. Em 2020 foram compensadas as empresas um montante de mESC 8.503.

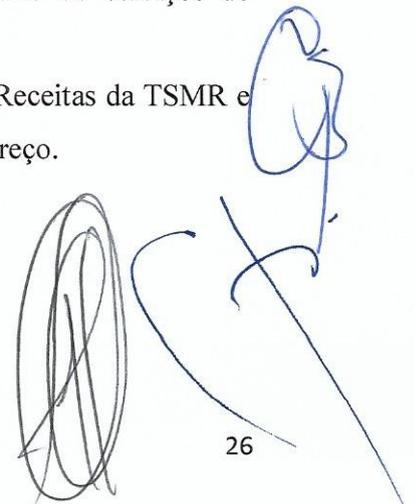
13.2 Receitas Diversos

A ECV tem outras receitas nomeadamente a taxa de ocupação do domínio público e aproveitamento dos bens de utilização e outras vendas (venda de dossiê de concursos públicos).

Durante o ano em apreço, foram receitas diversas da ECV o montante global de mESC 1.807. Desse total mESC 1.710 referente a venda de dossier e 96.740CVE corresponde a cobrança de taxas. Essas arrecadações teve as seguintes procedências sendo:

- **96.740 CVE**, referente a cobrança de taxa pela ocupação do subsolo na estrada por cada metro de extensão de canalização ou aqueduto;
- **60.000 CVE**, proveniente da venda de dossier no âmbito de trabalhos de asfaltagem na Estrada Nacional EN1-ST-01-Tarrafal de Santiago;
- **300.000 CVE**, corresponde a venda de dossier de concurso no âmbito de asfaltagem EN –Nazaré-Praia Baixo -Ilha de Santiago.
- **140.000 CVE**, referente a venda de dossier no âmbito da construção de acesso Alto da Mira-Tarrafal de Santiago;
- **80.000 CVE**, proveniente da venda de dossier de concurso para a reabilitação e asfaltagem –Vias de S. Filipe -Ilha do Fogo;
- **930.000 CVE**, correspondente a venda de dossier de concurso dos trabalhos SEMAC- nas Ilhas, BV, Sal, SN, Santiago Lote A e B e Brava;
- **120.000 CVE** (cento e vinte mil escudos) referente a venda de dossier trabalhos de fiscalização Nazaré Praia Baixo-Santiago;
- **80.000 CVE**, correspondente a venda de dossier no âmbito de serviços de consultoria.

O Gráfico 2, apresentado a seguir, revela os montantes das Receitas da TSMR e diversos que entraram na conta da ECV durante o ano em apreço.



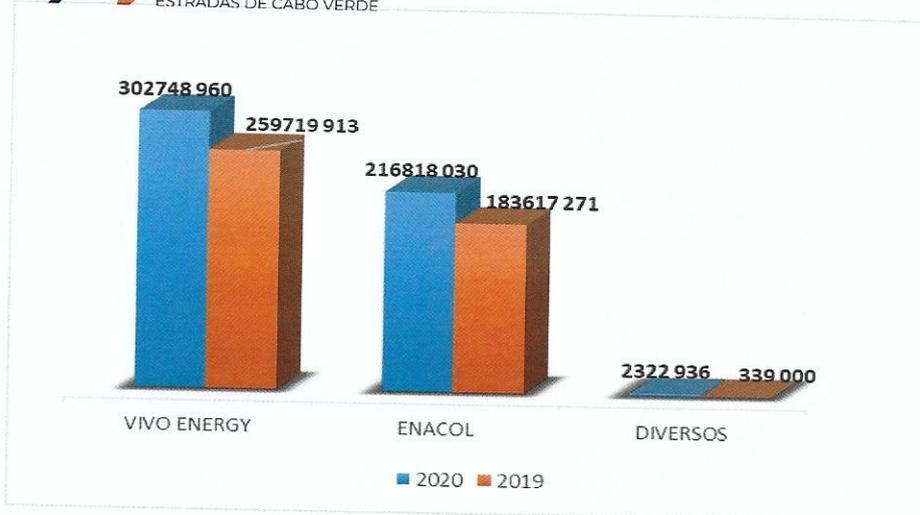


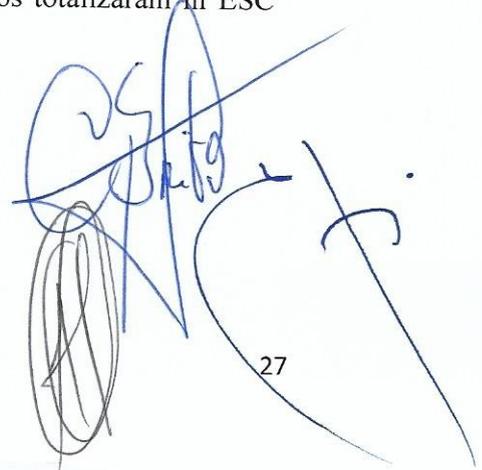
Figura 7 - Receitas Entradas na ECV

13.3 Restituições da TSMR e Outras Despesas Residuais

O Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro, e pelo Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, ao estabelecer a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas (TSMR), também estabelece por via do Artigo 14º, atualmente 15º, que aquele que provar ter adquirido combustível que não se destine à circulação rodoviária e em cujo preço esteja incluído a taxa, tem direito à restituição do respetivo valor.

Foram restituídos aos operadores passivos à circulação rodoviária aquando da compra do combustível nos postos de venda das petrolíferas VIVO ENERGY e ENACOL, um montante total de mESC 36 325.

Para as entidades com dificuldades na realização do pedido online a ECV tem um acordo de serviço herdado do anterior Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) para que os pedidos de restituição fossem realizados nos seus balcões de atendimento presencial. Entretanto, a ECV paga para este serviço um total de 73.458 CVE mensalmente. Durante o ano de 2020 os montantes pagos totalizaram m ESC 881.496



14. EXECUÇÃO DAS EMPREITADAS

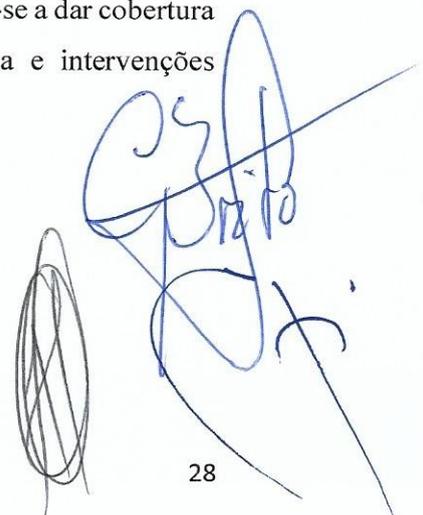
14.1 Resumo de execução financeira do Plano Anual de Manutenção

Rodoviária (PAMR)

A Tabela 7, apresentada a seguir, evidencia por ilha e por tipo de intervenção rodoviária o montante empregue ao longo do período com vista à implementação do PAMR. O financiamento do PAMR ao longo do período em análise foi inteiramente sustentado pelas verbas provenientes da arrecadação da TSMR, que de acordo com o Decreto-Lei nº 63/2016, de 23 de dezembro, estabelece à partida que dos 82% da verba destinada à realização de despesas em intervenções na rede rodoviária, 60% seja com destino às obras e serviços de manutenção, 20% ao financiamento das obras de urgência (Trabalhos de urgências) e 20% para o financiamento das obras em estradas municipais (intervenções municipais).

Outra informação relevante na análise da Tabela 5 e do Gráfico 3, apresentados abaixo, é saber que as intervenções rodoviárias financiadas no âmbito do PAMR contemplam as Estradas Nacionais (EN) e municipais (EM) que constam do Anexo I do Decreto-Lei nº 54/2015, de 1 de outubro, que estabelece a classificação administrativa e a gestão das vias rodoviárias de Cabo Verde, bem como define os Níveis de Serviço a que as mesmas devem obedecer. Para uma melhor compreensão do presente capítulo aconselha-se, portanto, uma breve consulta ou revisão do referido Decreto-Lei.

Olhando para a Tabela 5 percebe-se de imediato que, a ilha de Santiago, com cerca de 3638 km de EN e 3179 km de EM, obteve ao longo do período maior financiamento no âmbito da implementação do PAMR, visando realizar intervenções rodoviárias de manutenção nas suas estradas. Dos 604.189.270 CVE empregues no PAMR durante este período, 119.388.455 CVE, o equivalente a 21% da totalidade, destinou-se a dar cobertura à realização de obras e serviços de manutenção corrente, periódica e intervenções rodoviárias municipais na ilha da capital.



Handwritten signature and date: 12/10

A segunda ilha de maior aplicação dos recursos no âmbito da implementação do PAMR foi a ilha de Santo Antão, que entre obras e serviços de manutenção e trabalhos de urgências recebeu a totalidade de 119.375.030 CVE, o equivalente a 20% do total dos recursos empregues. A ilha de Santo Antão é também a segunda maior de Cabo Verde no que se refere à extensão rodoviária, somando cerca de 250 km de estradas entre nacionais e municipais.

PARTE	A1	A2	A3	D	E	Total	Part. (%)
Intervenção Rodoviária	Obras e serviços de manutenção corrente	Manut. Periodica Reabilitação Prog	Estudo e assistencia Tecnica	Trabalhos de urgências	Intervenções Municipais		
Santiago (Lote 01, 02,03,04,05)	32 994 364	41 166 754			51 300 000	125 461 118	21%
Fogo	22 309 275	89 565 755			7 500 000	119 375 030	20%
Santo Antão	38 411 292	4 466 138			16 000 000	58 877 430	10%
São Nicolau	17 161 178	0			5 000 000	22 161 178	4%
Maió	5 705 119	29 921 027				35 626 146	6%
São Vicente	4 133 539	5 492 142				9 625 681	2%
Boa Vista	11 207 173	0				11 207 173	2%
Sal	5 869 029	0				5 869 029	1%
Brava	5 446 400	0			2 000 000	7 446 400	1%
Diversas Ilhas		0	10 946 158	197 593 928		208 540 086	35%
Total	143 237 369	170 611 816	10 946 158	197 593 928	81 800 000	604 189 270	100%
Part. (%)	24%	28%	2%	33%	14%	100%	-

Tabela 10 - Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária

No Gráfico apresentado a seguir, é possível constatar que as obras de trabalhos de urgências e os serviços de manutenção periódica, foram as duas modalidades de intervenção na rede rodoviária que mais consumiram recursos no âmbito da implementação do PAMR, com 33% e 28% da totalidade, respetivamente (ver Tabela 7). Seguem as obras e serviços de manutenção corrente, que podem ser de ordem diversa, na terceira posição, com 24% do total dos recursos consumidos.

Na análise da Tabela e gráfico a seguir apresentado, faz-se necessário esclarecer que “Diversas Ilhas” é representativa das despesas realizadas com intervenções rodoviárias de ordem variada, cujo budget não foi inicialmente programado no PAMR aprovado para uma estrada ou localidade em particular.

O PAMR contempla os seguintes contratos:



29

- Contratos Programas, que contemplam as intervenções Municipais, em 2020 as ilhas contempladas com esse tipo de intervenção foras as ilhas: Santiago, Fogo Santo Antão, São Nicolau e Brava;
- Contratos de Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais SEMAC – EN, que contemplam obras e serviços de Manutenção corrente, Manutenção periódica/Melhorias, Reabilitação programadas e Urgências. As ilhas contempladas com esse tipo de contratos foram: Santiago- Lote- 01, São Nicolau, Boa Vista, São Vicente e Brava;
- Contratos de Trabalhos de Reabilitação e Manutenção com Base no Desempenho e por Obrigação de Resultados- REMADOR, contemplando as obras e serviços de Manutenção Corrente, Manutenção periódica/Melhorias e Urgências e Fiscalização, nas ilhas de Santo Antão e Santiago e Brava.
- Contrato dos serviços de Consultoria para a Fiscalização dos Trabalhos de Reabilitação da estrada EN2 –SV – 01, Mindelo – Baía das Gatas, Ilha de São Vicente;
- Protocolo de Assunção de Dívida dos Trabalhos de Urgência realizados em nacionais do lote ST – 01 – Ilha de Santiago;
- Acordo de Regularização de Dívida dos trabalhos de Reabilitação na estrada Municipal EM-SD-20 – Pedra Galinha- Ilha de Santiago;
- Reformulação do Projeto de execução de Reabilitação da estrada -Ribeira dos Picos- ilha de Santiago;
- Compensação aos agricultores da Ribeira dos Picos- Ilha de Santiago



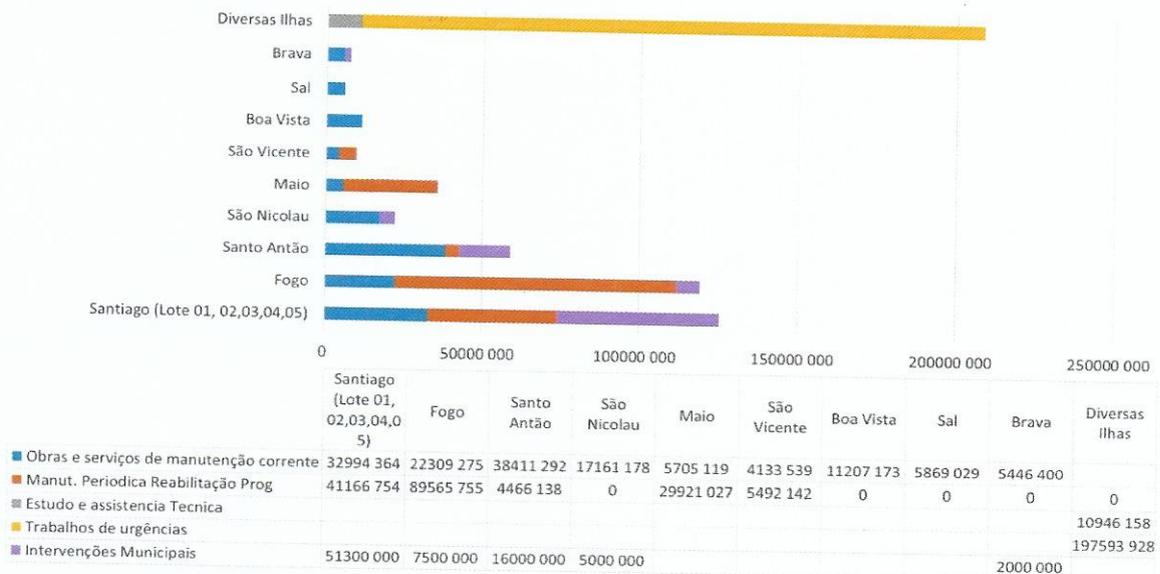


Figura 8 -- Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária

14.2 Contratos de Empreitada financiados pelo BANCO MUNDIAL através do Transport Sector Reform Project-TSRP

Devido à limitação estabelecida pela lei, no diploma que estabelece e regula a distribuição da TSMR, a ECV recorre a outros financiadores para realização das obras e serviços rodoviários que não são permitidos executar com a recolha da TSMR. O Banco Mundial, representado pela TSRP, financia diversas empreitadas no âmbito dos Contratos REMADORES.

Em 2020 o total de desembolsos efetuado através do financiamento do Banco Mundial, um valor total de mESC 736.746, decorridos das obras a seguir apresentada e resumida na tabela 6:

- Ilha de Santiago (Praia/Tarrafal): obras de Urgência/ Fiscalização nas estradas nacionais, devido aos danos provocados pelas chuvas de 2015;
- Consultoria: para serviços de consultoria para o melhoramento da eficiência e eficácia do extinto FAMR.
- Contratos de Trabalhos de Reabilitação e Manutenção com Base no Desempenho e por Obrigação de Resultados- REMADOR, nas ilhas de Santo Antão e Santiago e Brava, contemplando obras e serviços de Reabilitação e Segurança de Saúde



ILHA	EMPRESA	TIPO DE TRABALHO	MONTANTE CONTRATUAL	MONTANTE PAGO
SANTIAGO	ELEVOLUTION	URGÊNCIA	90 593 198	3 440 585
SANTIAGO	RIRÓRTICO	FISCALIZAÇÃO	5 240 000	0
SUBTOTAL			95 833 198	3 440 585
SANTIAGO	NORVIA	CONSULTORIA	23 105 390	7 300 000
SUBTOTAL			23 105 390	7 300 000
BRAVA	EVOLUTION	REABILITAÇÃO DA ESTRADA	192 988 564	103 965 304
	NORVIA	FISCALIZAÇÃO	5 871 000	4 813 000
SUBTOTAL			198 859 564	108 778 304
REMADOR-SA	SPENCER CONSTRUÇÕES	REABILITAÇÃO	308 668 157	83 562 839
	RIPÓRTICO	FISCALIZAÇÃO	11 427 518	4 169 886
SUBTOTAL			320 095 675	87 732 725
REMADOR-ST-02	EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	REABILITAÇÃO	280 032 906	83 742 929
		SEGURANÇA DE SAÚDE	4 500 000	
SUBTOTAL			284 532 906	83 742 929
REMADOR-ST-03	CONSÓRCIO ELEVOLUTION ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES BARRETO	REABILITAÇÃO	297 121 978	134 117 526
		SEGURANÇA DE SAÚDE	4 500 000	
SUBTOTAL			301 621 978	134 117 526
REMADOR-ST-04	CONSÓRCIO ELEVOLUTION ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES BARRETO	REABILITAÇÃO	214 870 306	105 853 471
		SEGURANÇA DE SAÚDE	4 500 000	
SUBTOTAL			219 370 306	105 853 471
REMADOR-ST-05	CONSÓRCIO ELEVOLUTION ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES BARRETO	REABILITAÇÃO	380 599 123	205 780 531
		SEGURANÇA DE SAÚDE	4 500 000	
SUBTOTAL			385 099 123	205 780 531
SUBTOTAL			1 828 518 140	736 746 071

Tabela 11 - Desembolsos Contratos financiado pelo Banco Mundial



14.3 Contratos de Empreitada e de Fiscalização financiados pela Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas Boa Vista e Maio - SDTIBM

Com o propósito de alavancar o turismo nas ilhas de Boa Vista e Maio a SDTIBM, financiou a execução da 2ª fase da Via Estruturante da Ilha de Boa Vista (tramo Aeroporto – Rotunda das Pedras) e da Via de Acesso à Povoação Velha. Deste projeto os desembolsos correspondentes às obras de execução bem como à fiscalização, totalizaram um montante de 136.021.845 ECV, durante o ano de 2020.

14.4 Contratos de Empreitada financiados pela Direção Geral do Tesouro(DGT)

Enquadrado no Programa de Emergência –Erupção Vulcânica do Fogo, do Governo, foram celebrados alguns contratos de empreitadas rodoviárias que foram financiados pela Direção Geral do Planeamento de Orçamento e Gestão-DGPOG da DGT, sendo:

- Construção de cerca de 12 kms de Estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira, foi desembolsado 30.844.840 CVE. E montante foi executado através da ECV mediante um Protocolo assinado com as Infraestruturas de Cabo Verde;
- Trabalhos de Reabilitação e Fiscalização da estrada Campanas de Cima-Piorno, foi desembolsado um valor total de mESC 60.754. Desse montante mESC 37.982 foi executado pela ECV conforme protocolo assinado e mESC 24.838 pela ICV através do programa PRAA;
- Reabilitação e Asfaltagem da estrada nacional EN2 –SV – 01, Mindelo – Baía das Gatas, foi desembolsado o remanescente do contrato um valor total de mESC 2.935.

14.5 Contratos do Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidades-PRRA

O quadro abaixo apresenta os desembolsos efetuados em2020, no âmbito do Programa do Governo-PRRA:



33

ILHA	EMPRESA	TIPO DE TRABALHO	MONTANTE CONTRTUAL	MONTANTE PAGO
SA	Spencer Construções & Imobiliária	Reabilitação da ER -SA-02	161 843 737	15 298 597
	Spencer Construções & Imobiliária	Reabilitação - EN3 -SA-08	123 661 759	15 477 559
	Empreitel Figueiredo/Elevation	Reabilitação - EN3 -SA-06	177 968 509	44 564 134
	Armando Cunha	Construção da Estrada ER-SA-06, Entroncamento -ER-SA-03-Figueiral	137 396 250	12 597 734
	Empreitel Figueiredo - Elevation Engenharia	Construção da Estrada I EM -PN-09	106 372 402	46 134 152
SN	Technor - Sociedade Unipessoal - Construções Pró Santana LDA.	Reabilitação da - ER -SN-01, Ribeira da Prata - Fragata	138 582 011	18 220 017
ST	Construção Barreto	Construção da Estrada de Acesso às Localidades - Tomba Touro -Charco - Achada Leite - Ribeira da Barca	69 429 677	58 240 484
		Construção da Estrada de Acesso às Localidades - Achada Toussa - Tabugal	18 302 978	2 587 512
	Tecnovia CV Lda	Reabilitação da Estrada Municipal EM-T-01 Entroncamento EN3-ST-28 Achada Igreja - Fazenda	66 563 726	17 791 351
		Asfaltagem do Troço de Estrada Nacional EN1-ST-01-Desde Chão Bom até ao Centro da Cidade do Tarrafal	43 394 559	12 231 315
		Reabilitação da Estrada Municipal EM -SLO-20, Entroncamento EM-SLO-09 Cutelo Fundura-Santiago	120 295 688	21 976 473
	Empreitel Figueiredo	Asfaltagem e Reabilitação da estrada Nacional EN3-ST-14, Nazaré Praia Baixo	234 564 430	41 000 000
	Elevation Engenharia	Construção da Via de Acesso à ZDTI do Alto Mira - Tarrafal	97 502 456	17 000 000
	Consórcio Elevation - Santa Marta	Reabilitação do Troço da estrada Cidade Velha - Santa Marta	29 000 000	29 000 000
BV	Elevation Engenharia - Armando Cunha	Trabalhos à Mais Resultantes da Execução da Via de Acesso a Rabil	67 219 833	12 378 164
	Elevation Engenharia	Execução do Sistema de Adução de Água de Rabil a Povoação Velha e Reservatória de Água	80 500 000	
FG	ELEVOLUTION	Asfaltagem subida Aeroporto-Xaguate -Vale dos Cavaleiros-Cruz de Passos-Santa Filomena -Congresso e Enacol-Congresso	198 466 034	35 000 000
		Reabilitação da estrada Campanas de Cima - Piorno	103 500 000	17 992 597
TOTAL GERAL			1 974 564 049	417 490 089

Tabela 12 - Desembolsos efetuados em 2020 - PRRA



O gráfico abaixo apresentado, é possível constatar que da execução financeira rodoviária referente ao ano económico de 2020, o Banco Mundial através da TSRP e a ECV foram as instituições com maior percentagem de financiamento rodoviários.

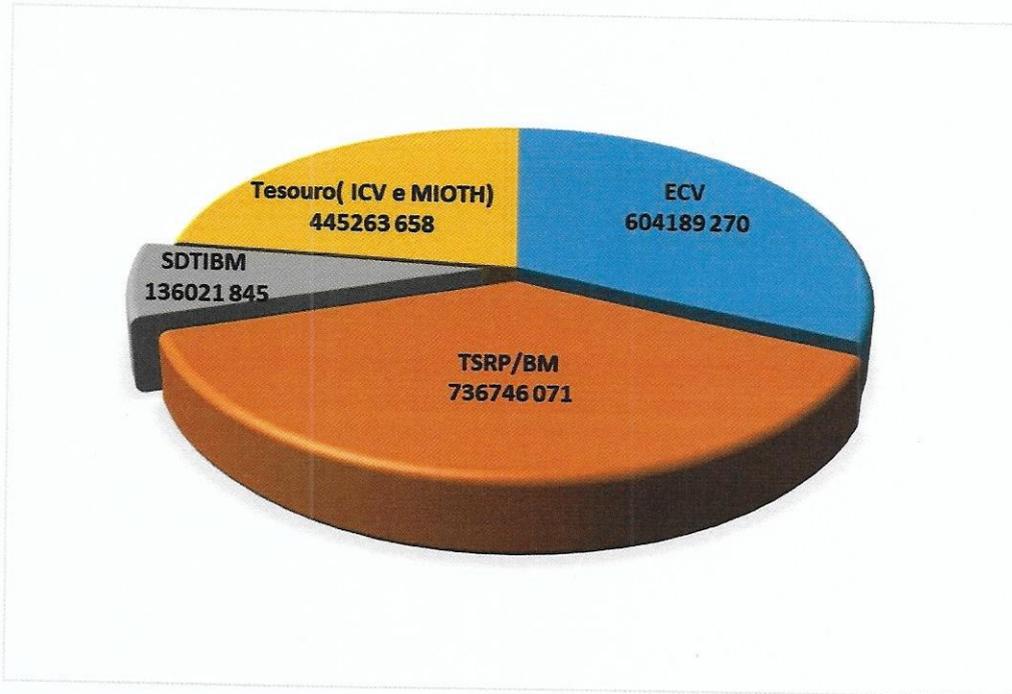


Figura 9 - Execução financeira rodoviária

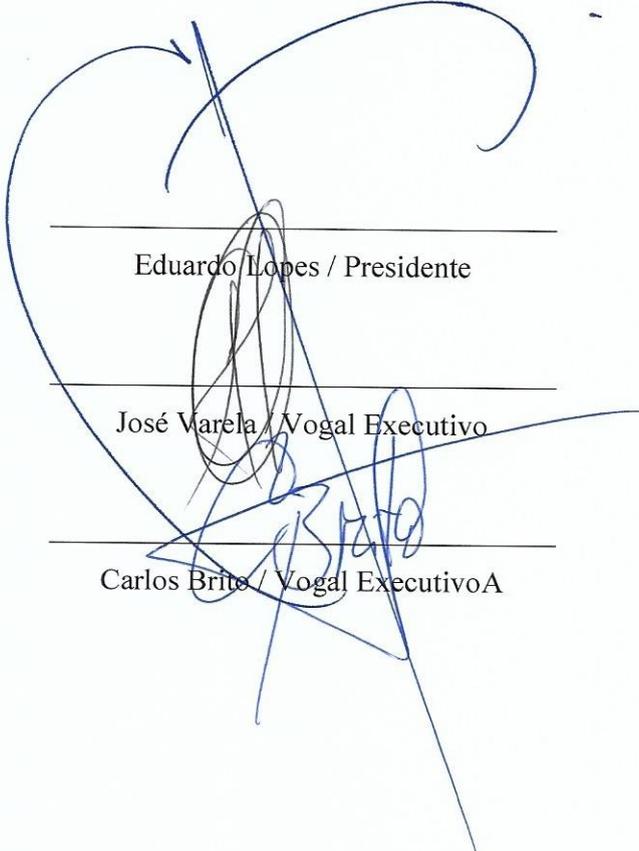


35

15. Anexos

15.1 Contas 2020





Eduardo Lopes / Presidente

José Varela / Vogal Executivo

Carlos Brito / Vogal ExecutivoA